



POR UM PENSAMENTO ECOLÓGICO E DECOLONIAL: saberes ancestrais e agenciamento político de mulheres indígenas na Amazônia

Entrevista Especial com a Professora Dra. Iraildes Caldas Torres¹
Entrevistadora: Profa. Dra. Tatiana Raquel Reis Silva²

DOI <https://dx.doi.org/10.18764/2178-2865.v28n1.2024.14>

Entrevistadora: Professora Iraildes Caldas Torres, qual o seu lugar de fala?

Iraildes Caldas Torres: Sou uma mulher cisgênero, feminista, pesquisadora e professora do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Amazonas. A Amazônia é o meu lugar identitário, minha pertença cabana e indígena. Nasci na cidade de Maués, no Amazonas, onde os cabanos se renderam em praça pública, em 1840, depois de cinco anos de guereamento contra o vilipêndio e violências do Governo brasileiro. Tenho o sangue indígena-cabano nas veias, na afinidade e na escolha de vida. Encontro-me na militância política desde a adolescência na cidade de Manaus. Minhas pesquisas na temática de gênero já caminham para três décadas, sempre com o olhar para as mulheres e o ecofeminismo, especialmente as mulheres da floresta e suas práticas sociais: camponesas, agricultoras, ceramistas, parteiras, guaranacultoras, mulheres da agroecologia, da meliponicultura, da artesanaria dentre outras.

Essas pesquisas buscam dar visibilidade a essas mulheres que foram submetidas a silêncios e exclusões no campo das ciências e da produção de conhecimento no Ocidente, desde os primórdios do projeto de colonização portuguesa na Amazônia. As minhas pesquisas são voltadas para

¹ Possui graduação em Licenciatura Plena em Filosofia pelo Instituto Superior de Filosofia, Teologia, Pastoral e Ciências Humanas da CNBB (1987); Bacharelado em Teologia pelo Instituto Superior de Filosofia Teologia Pastoral e Ciências Humanas da CNBB (1989); Bacharelado em Serviço Social pela Universidade Federal do Amazonas (1991); Mestrado em Educação pela Universidade Federal do Amazonas (1998); Doutorado em Ciências Sociais/Antropologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2003), e Pós-Doutorado na Université Lumière de Lyon 2, na França (2015). É professora titular da Universidade Federal do Amazonas. E-mail: Administradora. Doutoranda em desenvolvimento regional pela UTFPR. Mestre em Sociedade, Cultura e Fronteira da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Especialista em Relações Internacionais e pesquisadora do Laboratório de Pesquisa Fronteiras, Estado e Relações Sociais (LAFRONT), e-mail: iraildes.caldas@gmail.com

² Historiadora formada pela Universidade Federal do Maranhão, mestra e doutora em Estudos Étnicos e Africanos pelo Programa de Pós-graduação em Estudos Étnicos e Africanos da Universidade Federal da Bahia (POSAFRO/UFBA). Possui pós-doutorado em Ciências Sociais pela Universidade de Cabo Verde (PPGCS/UNICV). Professora do Departamento de História da Universidade Estadual do Maranhão e vinculada ao Programa de Pós-graduação em História (PPGHIST/UEMA). E-mail: tatianaraquel.reis@gmail.com

a esperança de que um dia as mulheres indígenas possam ser reconhecidas em seus saberes, saindo das sombras nas quais foram encapsuladas no curso da história.

Entrevistadora: Como tem se estruturado o pensamento social amazônico, endógeno, intravertido que busca se contrapor a uma visão herdada da colonização sobre os povos indígenas?

Iraildes Caldas Torres: A inquietude do tempo contemporâneo em meio às relações do eu com o outro expõe a agonia da onisciência, do pensamento canônico que instituiu a razão como o único critério de verdade. Estamos passando por um deslocamento num mundo capitalista em que a sociedade se torna inapreensível (AGAMBEN, 2009) e as relações se tornam líquidas (BAUMAN, 2004), assim como as incertezas se põem no cenário científico (MORIN, 2001). Essa inquietude põe para a Amazônia a necessidade de decolonizar o pensamento da cultura monolítica com suas formas herméticas que buscam homogeneizar todos os pensares. A vivência das mulheres da Amazônia compõe um extraordinário repertório de cantos que fazem pulsar uma poética da floresta, das águas (BACHELARD, 2013), com seus trabalhos e práticas sociais que nos permitem pensar numa estética de autopoiesis. Há uma energia feminina que move o trabalho e as práticas sociais das mulheres da floresta. Refiro-me a um espírito, uma alma feminina que move as águas, as florestas, a terra. Os povos da Cordilheira dos Andes chamam-na Pachamama, a Mãe-Terra, a pulsação ou o centro nervoso da Terra, o seu coração, o âmago de todas as coisas (TORRES, 2024). Essas vivências e experiências advêm do acervo de saberes tradicionais e originários dos povos da Amazônia, estudados à luz de um conhecimento ecológico e decolonial.

O conhecimento ecológico possui uma outra lógica, um tempo diferente, múltiplo, étnico, ancestral, que não se associa ao tempo cronológico. Trata-se do tempo de escuta da Mãe-Terra e da floresta que é a casa dos espíritos (KOPENAWA; ALBERT, 2015). Estou falando de uma região que é a mais indígena no Brasil em que seus habitantes possuem relação de afetividade com a terra/floresta/água, em conexão com a Gaia. A natureza é amorosa e ecossistêmica. Este modo “de estar na terra tem a ver com a cosmovisão constituída pela vida das pessoas e de todos os outros seres que compartilham o ar com a gente, que bebem a água com a gente e que pisam nesta terra junto com a gente” (Krenak, 2020, p. 06). A autopoiesis das mulheres da floresta, a produção de suas vidas, em meio ao seu trabalho e práticas sociais, é tecida com os saberes tradicionais e ancestrais que elas possuem. Saberes silenciados e obscurecidos pelos tempos duros da razão, haja vista que historicamente, as mulheres foram excluídas da história (PERROT, 1988).

O conhecimento científico não assimila e nem conversa com todas as formas de saberes, e nem dispõe suficientemente de mecanismos apropriados teórico-metodologicamente ao contexto indígena, por exemplo. É bem recente a efervescência de um olhar decolonial para a Amazônia, especialmente no âmbito das narrativas indígenas, que temos agenciado em nossas pesquisas. Até

mesmo este termo pesquisa não soa bem aos estudos decoloniais, é um termo eurocêntrico que está no âmago da colonialidade, da inquirição, dominação. O termo contracolonialidade é também utilizado, neste contexto, com significado análogo à decolonialidade como aduz Nêgo Bispo, autor do conceito: “contracolonialidade é centrada na prática e na vivência. É uma forma de defender territórios tradicionais, símbolos, significações e modos de vida” (NÊGO BISPO, 2023, s.p.).

Os saberes tradicionais são agenciados nas pesquisas, mas sem o uso e os recursos metodológicos cientificamente definidos. Não obstante, possuem força suficiente para manterem-se e estabelecerem-se com seus sistemas de moral, trabalho, organização social dentre outros.

Observe-se que a vida dos povos indígenas tem na floresta, nos rios e na Mãe-Terra o seu ponto de referência. Significa dizer que o seu sistema de trabalho e de transformação de matéria-prima é transpassado pelas representações destes elementos naturais. Trata-se de um universo de onde eles retiram o alimento para sua vida material e imaterial. Não há, no contexto indígena, a separação entre os humanos e a natureza. Davi Kopenawa, xamã Yanomami, faz uma síntese desta relação natureza e cultura nos seguintes termos: “eu não nasci numa terra sem árvores. Minha carne não vem do esperma de um branco. Sou filho dos habitantes das terras altas da floresta e caí no solo da vagina de uma mulher Yanomami” (KOPENAWA; ALBERT, 2015, p. 73).

Essa visão advém da cosmologia Yanomami que tem na floresta amazônica a sua centralidade, na qual estão também os elementos da sua teogonia, tal como podemos perceber: “sou filho da gente à qual Omama deu a existência no primeiro tempo. Nasci na floresta e sempre vivi nela (KOPENAWA; ALBERT, 2015, p.73). Ou seja, as representações cosmogônicas e teogônicas dos indígenas, suas mitologias, as narrativas eróticas e selvagens, as histórias ancestrais contadas às crianças transcendem a materialidade pragmática e utilitarista da sociedade moderna, travejada pela visão linear de compreensão do mundo, não tem alcance no contexto indígena.

Enquanto que o Ocidente invisibiliza as mulheres, utilizando-se de elementos do patriarcado para deslegitimá-las enquanto sujeitos de conhecimento e da história, na Amazônia, podemos dizer que inexistente perpetuação da cultura e das etnias indígenas sem a mão da mulher. Esta centralidade feminina no contexto indígena é lúcida e compreensível pelas lentes do pensamento ecológico e decolonial, o que não é inteligível pelas luzes iluministas que acabaram por formalizar o conhecimento, fazendo o divórcio entre natureza e cultura, entre ciência e arte, fazendo exclusão dos mitos e das narrativas, deserotizando o mundo.

A natureza intuitiva da poética com seu verniz ecológico do ato de viver a vida está presente no mundo prosaico da selva entrelaçada com a vida das mulheres, numa lógica do florescimento matrístico, termo emprestado de Maturana, para fazer uma analogia com o matriarcado, com o espírito feminino e do ecofeminismo.

Entrevistadora: A despeito de toda crítica direcionada ao repertório criado pelo Ocidente, às vezes nos tornamos reféns deste arcabouço conceitual. Em alguns dos seus trabalhos você procura ressaltar que mesmo a categoria gênero não consegue dar conta das experiências vividas por mulheres amazônidas. Como desconstruir o gênero nas pesquisas com mulheres indígenas?

Iraildes Caldas Torres: As pesquisas que tenho desenvolvido em comunidades tradicionais da Amazônia têm, insistentemente, posto para a academia a necessidade de se pensar uma outra concepção de gênero para iluminar os estudos envolvendo mulheres indígenas, suas práticas sociais e a violência que elas sofrem no âmbito doméstico. Pesquisas como as de Silva (2008) e Sacchi (2003) somadas àquelas que eu desenvolvo, problematizam e reclamam um outro entendimento das relações de gênero no contexto indígena.

A etnologia produzida no Brasil não só tem explorado pouco a temática de gênero, como tem se caracterizado, nas últimas décadas, por um olhar e um tipo de abordagem muito determinado pelos conceitos ocidentais de gênero. Essa perspectiva homogeneizadora desconsidera as culturas locais, as cosmologias de cada povo e as configurações de gênero nas matrísticas mitológicas. Essa forma linearizante escamoteia e mascara as construções de gênero no contexto indígena.

A ratio cartesiana não alcança as sociedades indígenas, não explica as diferenças, a sociodiversidade. Ou seja, não ilumina essa realidade tão diversa e diferente. Os povos indígenas veem o mundo e as coisas da vida através das lentes de seus saberes e conhecimentos tradicionais densos de representações simbólicas, baseadas em uma cosmologia mítica, de onde retiram as verdades que norteiam seus modos de vida. O decreto nº 6.040/2007 reconhece que os povos indígenas são “culturalmente diferentes [...]. Possuem formas próprias de organização social [...] utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.”

Uma forma de desconstrução desse olhar de gênero no contexto indígena, especialmente em minhas pesquisas com as mulheres, tem sido por meio do pensamento ecológico e decolonial, uma fuga que permite enveredar pelos caminhos das narrativas e da perspectiva autóctone, local, de ver o mundo. Uma estética do conhecimento ecológico que tenta libertar o conhecimento do eurocentrismo. É o lugar de alguns, de todos e de ninguém.

A dissidência é o lugar propenso às diferentes expressões e formas de agir na produção do conhecimento ecológico, um lugar de vida e de sonhos, elementos necessários para conduzir um bem viver no presente e no futuro.

Há uma persistente e forte heterogeneidade na Amazônia formada por narrativas, imagens, objetos híbridos, entrelace humano e não humano, que são abafados por discursos homogêneos. É justamente na nervura desta rede heterogênea que podemos pensar com o outro, com

as mulheres dentro de reflexões de uma etnologia de gênero. O perspectivismo ameríndio “procede segundo o princípio de que o ponto de vista cria o sujeito, será sujeito quem se encontrar ativado ou ‘agenciado’ pelo ponto de vista” (VIVEIROS DE CASTRO, 1996, p. 127).

Nas pesquisas com as mulheres busco esclarecer sombras, estabelecer conexões entre partituras invisibilizadas, soltas, para estabelecer relação com o lugar, com a cenografia, com a espacialidade, com as narrativas. Ver a cosmologia como ciência e as mulheres como sujeitos protagônicos centrais dentro das mitologias de origem de suas etnias, mas, para isso, eu preciso abrir um ponto de fuga nas pesquisas.

Entrevistadora: Narrativas e imagens fixas, herdadas do pensamento colonial, são acionadas de forma muito recorrente quando nos reportamos à história de mulheres negras e indígenas. Essas imagens de controle não apenas reforçam desigualdades como cristalizam premissas de subalternidade. Em suas pesquisas você busca desconstruir a visão estereotipada sobre as mulheres indígenas. Compartilhe algumas dessas reflexões.

Iraíldes Caldas Torres: O preconceito étnico contribuiu para a exacerbação das desigualdades de gênero no Novo Mundo. Missionários, naturalistas e cronistas sentiram a necessidade de forjar situações, simular dados, acontecimentos e inventar vícios e desvios de conduta em relação às mulheres deste continente.

O período histórico da política pombalina na Amazônia (1759-1798) assumiu uma perspectiva sexista bem demarcada. A estrutura de poder se encarregou de forjar uma imagem para as mulheres indígenas associada ao erotismo sexual, tendo por base a sua nudez culturalmente vivenciada. Disseminava-se o discurso da mulher “fácil”, libertina, disposta a satisfazer o desejo do homem branco. Uma imagem difamatória, estereotipada, associada à promiscuidade sexual que se alastrou no mundo incrustando-se no imaginário social até os dias atuais.

Não resta dúvida quanto ao fato de o preconceito constituir-se uma construção social arraigada ao imaginário de homens e mulheres, independentemente de suas nacionalidades e espírito de pertencimento a determinadas culturas. “O preconceito assume uma dimensão simbólica gratuita, às vezes até inconsciente, mas que solda ideias e reforça o sistema de estereotipia” (TORRES, 2005, p. 94).

Tenho trabalhado em minhas pesquisas com o feminismo decolonial para entender contextos específicos de mulheres subalternizadas e racializadas. Trata-se de estudos sobre corpos indígenas, seus contextos de subalternização, seus modos de vida, legados, trabalho, práticas sociais e seus movimentos contra-hegemônicos. As mulheres indígenas têm um histórico de racialização e vilipêndio.

Essa história não deixa de ser “uma negação da humanidade das mulheres não-brancas, indígenas e afro-diaspóricas. Essa negação [...] está ligada a uma visão de humanidade que é necessariamente violenta e destrutiva em nome da razão” (ESPINOSA *et al*, 2012, p. 404). A raça ou a etnia indígena estão associadas ao controle sobre a vida das mulheres que possuem um histórico de racialização. São mulheres triplamente subalternizadas pelo fato de serem mulheres indígenas e empobrecidas. E o capitalismo continua superexplorando e abusando brutalmente dessas mulheres. “A violência estatal, econômica e interpessoal contra mulheres racializadas é aceita porque é praticada contra seres concebidos como sem valor” (Ibidem, p. 404). São racionalidades esquecidas que emergiram na ciência em período recente.

O feminismo decolonial abre picadas, permite-me perceber o mundo pelos poros, pela epiderme; ver o corpo como tributo da grande razão e não coisificado por ela. Há, então, neste caso, uma desocidentalização. Ou seja, me permite sair das categorias ocidentais, para ir ao encontro de uma região selvagem e perceber o silêncio das sereias, dando-me conta da experiência do amor que é um interdito para as Icamiabas. Refiro-me a uma pedagogia do afeto em que as mulheres são objeto e sujeito do conhecimento, são coautoras na produção do conhecimento, nos moldes de uma antropologia simétrica. São intelectuais locais e não meras depositárias de conhecimento ou simples guardiãs de suas culturas.

Entrevistadora: Ao analisar as diferentes formas de organização do trabalho coletivo na Amazônia profunda, como você percebe o processo de empoderamento e autonomia econômica de mulheres indígenas?

Iraildes Caldas Torres: As mulheres indígenas, tributárias dos saberes ancestrais nos domínios das técnicas de aplicação artesanal, floriram a Amazônia com a arte de encantar com colares, trançados, balaios, peneiras, anéis, brincos e todos os utensílios fabricados para serem utilizados na cadeia produtiva da farinha. Elas fabricam também variados utensílios de cerâmica, “uma cerâmica policromática de grande beleza e maestria” (LÉVI-STRAUSS, 1991, p.306).

As mulheres indígenas constituem-se no sujeito central na fabricação do artesanato e esta situação é afiançada não só pelo fato de elas possuírem uma habilidade de fino labor artístico, mas, sobretudo, porque elas possuem uma mística associada à Mãe-Terra. Lévi-Strauss (1985, p. 28), deixa claro que “é à Índia que compete fabricar os recipientes de cerâmica e servir-se deles, porque a argila de que são feitos é feminina como a terra”.

As mulheres da floresta de modo geral atuam em outras frentes de trabalho como na agricultura familiar, no cultivo do guaraná, na meliponicultura com práticas de agroecologia e agrofloresta. A organização delas por meio de grupos ou associativismo tem contribuído para o seu

empoderamento no âmbito da economia feminista com geração de renda. Elas são organismos vivos e corpos de trabalho, pois, conforme assinala Shiva (1991, p.77), "supõe considerá-las produtivas e ativas".

O associativismo no âmbito da economia feminista e socialmente solidária tem se constituído no instrumento de empoderamento delas, no âmbito das pesquisas que realizamos. Nesse processo contribuimos para formar grupos de mulheres economicamente ativas, em algumas comunidades pesquisadas.

O caráter ontológico do trabalho na Amazônia transcende a materialidade pragmática e utilitarista da ação humana. Poder-se-ia concluir, dizendo que o trabalho como ação objetiva de homens e mulheres cujos sujeitos se criam e se recriam na realidade humano-social, no processo de humanização, constitui-se num dos maiores pilares de sustentabilidade da vida.

Entrevistadora: A pesquisa junto às mulheres da Amazônia profunda exige uma verdadeira imersão, e em alguns relatos você discorre sobre como tem sido essa experiência, os desafios e os aprendizados. É possível identificar uma agenda de pesquisa que priorize essas realidades? As entidades de fomento têm buscado garantir subsídios para que histórias silenciadas sejam narradas?

Iraídes Caldas Torres: A Amazônia exige-nos um olhar multidimensional por dentro de cosmovisões, de teogonias e epifanias. Um olhar por dentro da estética dos povos originários, trazendo à tona uma erupção de saberes instaurados a partir de verdades ancestrais. A formação do pensamento social da Amazônia é uma construção coletiva, marcado pelo silenciamento, pelos equívocos e incompletude. Precisamos reconstruir a história a partir de aspectos matriciais. Um desses aspectos matrísticos são as mulheres que foram invisibilizadas, historicamente, pelas ciências e pela historicidade.

É preciso quebrar o silêncio de gênero na Amazônia, os processos socioculturais reclamam e reivindicam o papel da mulher no desenvolvimento social. O desenvolvimento deve se comprometer com a justiça social. Queremos justiça feminista na Amazônia, reposicionando a mulher indígena na ode do desenvolvimento social e nas grandes questões regionais.

São grandes os desafios da pesquisa na Amazônia e, embora tenha ocorrido chamadas em editais para o tema de gênero, ainda são iniciativas muito poucas por parte da FAP local. As pesquisas envolvendo mulheres não são prioritárias e os subsídios ainda são escassos.

A militância política que sempre exerci junto aos feminismos contribuiu muito para que eu soubesse ouvir as mulheres, o seu clamor, uma prática de escuta associada ao ofício de pesquisadora. Minha entrada nas comunidades indígenas se deu, inicialmente, por meio da militância, enquanto formadora e educadora de mulheres no contexto ribeirinho e depois no contexto indígena onde permaneço até os dias atuais como pesquisadora e com o apoio de agências de fomento.

Apreendi muito com as mulheres indígenas e não indígenas, com a sua pedagogia do afeto e da participação, num significativo processo de alteridade. Sua forma de fazer política é multiplicadora, poliniza, isso é pedagógico, educativo, assim com as lições que emergem das narrativas, das topografias e cartografias de gênero. Essas experiências acrescentaram-me muito, permitiram-me apurar os sentidos para perceber o outro e suas diferenças.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **O que é a contemporâneo? e outros ensaios**. Traduzido por Vinicius Nicastro Honesko. Chapecó, SC: Argos, 2009

BACHELARD, Gaston. **A água e os sonhos: ensaio sobre a imaginação da matéria**. Traduzido por Antônio de Pádua-Danesi. 2 ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013

BAUMAN, Zygmunt. **Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos**. Traduzido por Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2004

LÈVI-STRAUSS, Claude. **O cru e O cozido**. Traduzido por Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Brasiliense, 1991

LÈVI-STRAUSS, Claude. **A oleira ciumenta**. Traduzido por José Antônio Braga Fernandes Dias. Lisboa: Edições 70, 1985

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu: palavras de um xamã Yanomami**. Traduzido por Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Companhia das Letras, 2015

KRENAK, Ailton. **Caminhos para a cultura do bem viver**. Organizado por Bruno Maria. Rio de Janeiro, 2020

MORIN, Edgar. **Ciência com Consciência**. Traduzido por Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória. 5 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001

NÊGO BISPO. **O que é contracolonial e qual a diferença em relação ao pensamento decolonial**. Entrevista concedida à Marcelo Abend. Brasília: Podcast de educação do Instituto Claro, 2023

ESPINOSA, Yuderkys et al. **Reflexões pedagógicas sobre feminismo decolonial: uma conversa em quatro vozes**. In: WALSH, Catherine (org). *Pedagogias decoloniales: prácticas insurgentes de resistir (re)existir y (re)vivir*. Tomo I. Série Pensamento Decolonial, 2012

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres, prisioneiros**. Traduzido por Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988

SACCHI, Angela. Mulheres indígenas: processo organizativo e as demandas de gênero. In: VERDUM, Ricardo (org). **Assistência técnica e financeira para o desenvolvimento indígena**. Rio de Janeiro: Contra capa, 2005

POR UM PENSAMENTO ECOLÓGICO E DECOLONIAL: saberes ancestrais e agenciamento político de mulheres indígenas na Amazônia

SILVA, Suzy Evelyn de Souza *et al.* A lei Maria da Penha e as mulheres indígenas. *In*: VERDUM, Ricardo (org). **Mulheres indígenas, direitos e políticas públicas**. Brasília: INESC, 2008

SHIVA, Vandana. **Abrazar la vida**: mujer, ecología y supervivencia. Traduzido por Ana E. Guyer; Beatriz Sara Martínez. Montevideo: Instituto Del Tercer Mundo, 1991

TORRES, Iraildes Caldas. **As novas amazônidas**. Manaus: Edua, 2005

TORRES, Iraildes Caldas. **Poiesis de vida e resiliência**: trajetórias e limiares. São Paulo: Alexa Cultural; Manaus: Edua, 2024

VIVEIRO DE CASTRO, Eduardo. **Os pronomes lógicos e o perspectivismo ameríndio**. Rio de Janeiro: Mana, 1996